

## **AS CONEXÕES NÃO TÃO ÓBVIAS ENTRE A FONTE E A TORNEIRA**

\*Serrano Neves

Um dos aspectos mais interessantes da burocracia brasileira quanto à divisão de competências é a estanqueidade entre os órgãos concorrentes para o mesmo fim.

Em matéria de competências ambientais existem três níveis formais: federal, estadual e municipal, estruturados ou não para as ações que lhes competem, e somente nesta questão de estrutura já é possível detectar o problema inerente à capacidade técnica e operacional, de sorte que o municipal fica à espera de que o estadual faça e este espera que o federal libere verbas.

Enquanto isto, no chão da plataforma social, os cidadãos sofrem as conseqüências. Ainda que de pronto não consigam estabelecer a correlação.

A saga do meio-ambiente pode ser dividida em três fases.

A primeira, de transformações químicas e físicas que criaram condições para o aparecimento da vida, qual seja, estava sendo formado o suporte para a vida.

A segunda, de transformações químicas, físicas e biológicas que criaram a diversidade de formas de vida sobre o suporte.

A terceira, de transformações que resultaram na vida humana sobre o suporte.

O planeta, então, desde a primeva bola de fogo, sempre foi o suporte de vida para os seres humanos, não sendo possível dissociar um do outro e, não sendo possível dissociar é preciso entender o sócio-ambiental como a relação dominante no sistema, e isto se provaria com o caso extremo do derretimento das calotas polares, fenômeno ambiental capaz de afetar irremediavelmente a vida humana.

A vida humana, titular dos direitos naturais sobre essa relação sócio-ambiental, foi e é diretamente competente para as ações ambientais antes do surgimento do direito estabelecido.

Se imaginado que o ser humano dos tempos do direito natural foi incompetente para preservar o seu suporte de vida, há que se olhar também para a capacidade inteligente de agir para verificar que a abundância de recursos naturais criou uma espécie de consciência da inesgotabilidade. Não havia porque cogitar da extinção dos recursos, o embrião de Maltus sequer era cogitado também.

Na medida em que os humanos aperfeiçoaram suas relações sócio-ambientais, principalmente pela formação dos aglomerados e aumento das necessidades de consumo, os recursos, antes coletados para atendimento das necessidades de indivíduos ou de pequenos grupos, passaram a ser uma necessidade coletiva para grupos cada vez maiores e a satisfação de tais necessidades criou os mecanismos de produção, transporte e distribuição. A necessidade emulada explodiria no consumismo sem limites, em diferentes níveis.

Da coleta primitiva à recepção do recurso a consciência da inesgotabilidade transitou mudando apenas de foco: a inesgotabilidade da fonte natural em que nosso primeiro ancestral ereto bebia derivou para a torneira de nossa pia com a inesgotabilidade garantida pela companhia de tratamento. Ver a fonte e a torneira jorrando causa a mesma impressão na consciência.

O problema é que a fonte e a torneira mantêm uma conexão que se torna mais oculta (literalmente) na medida em que se torna possível captar água mais longe e tornar potável água cada vez mais suja, e a torneira, na visão imediata, se transforma em fonte de água e as fontes naturais vão ficando cada vez mais longe da consciência.

Neste ponto surge o conflito entre preservação x degradação vez que as populações urbanas aumentam a demanda e o provimento passa a ser adequado ao consumo, sem que a escassez se apresente no bico da torneira.

Sem uma formação ambiental nivelada as populações dos aglomerados não entendem a necessidade de preservação das fontes naturais, pois a consciência está formada por décadas de fornecimento contínuo na ponta do consumo.

Nessa linha de abastecimento a primeira culpada por eventual escassez de água será a companhia de saneamento para a qual é paga a conta, para em seguida o governo ser culpado de não ter feito os investimentos necessários apesar de arrecadar impostos. É possível dizer para essas pessoas que são elas as causadoras - também - da escassez, com a produção de resíduos e retirada da cobertura vegetal, mas elas retrucarão - como retrucam - dizendo que o governo deveria cuidar dos resíduos e fiscalizar melhor as intervenções na natureza, e a conclusão será de que o problema é do governo que não cuidou do povo como deveria ter cuidado.

Neste ponto entram as políticas, diretrizes e ações nos três níveis de competência legal e alguma incompetência ou impotência operacional ditadas pela carência de recursos, encarregadas de minimizar aqui ou acolá - sempre pontualmente - uma ou outra crise de provimento, sempre sob os aplausos dos beneficiados do momento que serão os mesmos reclamantes do futuro.

Seja inserida neste quadro a crescente demanda por renda, moradia e alimentação, tripé que permite ao humano avançar para o futuro, e seja feita a avaliação do quanto de consciência sócio-ambiental pode ser exigido do cidadão que ainda não conseguiu erguer o tripé de sua sobrevivência com alguma segurança. Diga-se a alguém que ele terá menos emprego, menos moradia e menos alimentação porque a Amazônia precisa ser conservada.

Diga e saia de perto para não ouvir a resposta, principalmente se quem diz sabe que a capacidade de carga do planeta está ultrapassada em pelo menos duas vezes.

As soluções correntes de preservação de alguma área aumentam a pressão da demanda sobre outras, nas quais os recursos tenderão a se esgotar mais rapidamente, enquanto as soluções de preservação com interação humana regulada em uma área pode aliviar a pressão em outras e aumentar a duração dos recursos. No entanto, falta estrutura - no momento - para manter a regulação dentro dos padrões acertados e o remédio para alívio poderá ter efeitos colaterais desastrosos.

Assim, a solução de preservação com interação humana regulada, para maior segurança sistêmica, haveria de obedecer ao sistema federativo: políticas federais, diretrizes estaduais e ações municipais, e a implantação ser horizontalizada na plataforma social onde estão os cidadãos que suportarão os resultados, e isto aponta para a necessidade de fortalecer a organização social e os governos municipais através da participação da população em conselhos comunitários e outras formas de exercício da democracia.

O encaminhamento feito depende, para o sucesso desejado, que as populações recebam iniciação sócio-ambiental para se tornarem receptivas ao desvendamento das conexões ocultas e ativas na

não-degradação, recuperação e conservação do suporte da vida humana.

Chega-se, sem maior esforço de raciocínio, que a educação é o único instrumento adequado para tornar as pessoas receptivas a adotarem uma nova conduta, independentemente de estarem conscientizadas, vez que a resposta humana à degradação deve ser imediata, com tempo apenas para começar a fazer alguma coisa, quer se acredite nela ou não.

Ou perecemos todos.

\*Serrano Neves é Procurador de Justiça Criminal e Diretor do Instituto Serrano Neves.  
Instituto Serrano Neves - TUDO SOBRE O LAGO DA SERRA DA MESA  
<http://www.serrano.neves.nom.br> - [serrano@serrano.neves.nom.br](mailto:serrano@serrano.neves.nom.br)